



**A UNESPAR E A APLICAÇÃO DAS LEIS 10.639 DE 2003 E 11.645 DE 2008
(HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA) E DELIBERAÇÃO
CEE/PR Nº 04/2013**

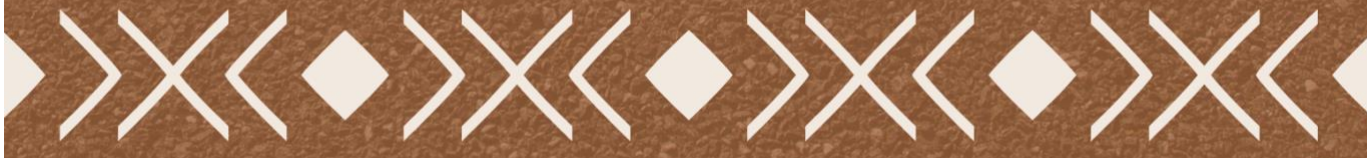
RELATÓRIO DA COLETA DE DADOS - 2025

Paranavaí

2025

**A UNESPAR E A APLICAÇÃO
DAS LEIS 10.639 DE 2003 E 11.645
DE 2008 (HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA)**

RELATÓRIO DA COLETA DE DADOS – 2025



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

 **UNESPAR**
Universidade Estadual do Paraná

A Temática Étnico-Racial no Ensino Superior: Um Compromisso Legal, Pedagógico e Social

A inclusão das temáticas étnico-raciais e indígenas, no ensino superior, passou a ser uma exigência legal; consequentemente, um imperativo ético e pedagógico para as instituições que têm compromisso com uma formação crítica, cidadã e socialmente referenciada. De tal modo, em atenção ao Ofício nº 027/2025/NUPIER/DPPR (SEI Nº 24.0.00003735-0) – Defensoria Pública do Estado do Paraná e Coordenadoria do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NUPIER) –solicitando esclarecimentos acerca da aplicação da Lei nº. 10.639/2003 nas instituições de ensino superior no Paraná, a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) elaborou um formulário. Esse se deu via Google Forms, de Acompanhamento das Atividades e disciplinas específicas ou transversais, que contemplem as leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 (História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena), nos currículos dos cursos da Unespar, que foi encaminhado aos coordenadores de curso para seu preenchimento.

Neste sentido, a partir da análise dos dados coletados – no período de janeiro a fevereiro de 2025 – junto aos cursos de graduação dos campi da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e a partir do Memorando nº. 020/2025 – DDH/PROPEDH/UNESPAR, que apresenta as ações relacionadas à temática de Promoção da Igualdade Étnico-Racial promovidas pelos Centros de Educação em Direitos Humanos e respectivos Núcleos no ano de 2024, torna-se importante evidenciar, no presente relatório, o esforço de implementação dessas diretrizes nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), nas práticas curriculares e nas atividades de extensão.

A formulação dos dados coletados, por meio do formulário já mencionado, apresentou uma síntese de como cada curso tem respondido à legislação vigente, em especial às Leis nº 10.630/2003 e nº 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar. Embora essas leis tenham um direcionamento para a educação básica, seu reflexo no ensino superior é direto; sobretudo, nos cursos de licenciatura e nas áreas de formação de professores.

1 Inserção Curricular das Temáticas Étnico-Raciais nos PPCs

O resultado dos dados da planilha apontou que os cursos contemplam, em seus PPCs, conteúdos relacionados à temática étnico-racial, tanto nas disciplinas obrigatórias quanto nas optativas, com títulos como História da África e Cultura Afro-Brasileira, Estudos Pós-Coloniais, Direitos Humanos, Educação e Cidadania, Sociologia e Psicologia nas Organizações.

Essas disciplinas evidenciam o cumprimento legal e revelam um avanço qualitativo na construção de uma proposta pedagógica crítica, com vistas a superar práticas eurocêntricas e monoculturais historicamente consolidadas no ensino superior brasileiro.

2 Metodologias e Referenciais Críticos

Os resultados também apontaram que os cursos possuem metodologias participativas e problematizadoras, com utilização de debates, análises de textos clássicos e contemporâneos, estudos de caso e integração entre teoria e prática. Percebe-se – em relação às ementas – um esforço de inserção de autores e abordagens que valorizam os saberes afro-brasileiros e indígenas, o que reforça a importância da diversidade epistemológica na formação acadêmica.

Esse aspecto é primordial para que os docentes, de todas as áreas, compreendam que a transversalidade da temática étnico-racial não é exclusividade das Ciências Humanas. Ela pode e deve ser abordada amplamente de forma crítica nas Ciências Sociais Aplicadas, nas Artes, nas Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas, na problematização quando o assunto é desigualdade social, acesso ao conhecimento e às práticas profissionais.

3 Atividades de Extensão e Formação Complementar

Os dados apontaram que os cursos são atuantes quando os assuntos envolvem a participação em eventos, projetos de extensão, seminários e oficinas voltadas à

formação étnico-racial e indígena. Trata-se de ações essenciais para consolidar o tripé ensino-pesquisa-extensão e ampliar os espaços de formação para além da sala de aula. Destaca-se também as ações que os CEDHs e os Núcleos de Educação para as relações étnico-raciais (NERAs), dos diversos campi da Unespar, desenvolveram e desenvolvem para promoção da igualdade étnico-racial.

São ações que contemplam treinamentos obrigatórios (reorganização da equipe gestora, o que possibilita autoavaliação e constante formação para atuação na área, discussões de textos teóricos-científico), capacitações docentes (palestras e oficinas, que integram parte essencial das capacitações docentes, produções acadêmicas – parte da formação docente e do enriquecimento do conhecimento teórico-científico, formação de grupos de estudos na área). Sempre na interrelação com os estudantes, essas ações possibilitam a ampliação de seus conhecimentos em sala de aula (rodas de conversas, que possibilitam discussões e ampliação de conhecimento em sala de aula, atividades que integram alunos de graduação e pós-graduação e participação de discentes em grupos de estudos para ampliação de seus conhecimentos e enriquecimento teórico-científico-metodológico).

Tais atividades auxiliam os professores a compreender que a formação cidadã dos estudantes depende de vivências que vão além do conteúdo programático das disciplinas. Na prática dessas ações, os docentes contribuem, de forma ativa, para a formação de profissionais mais conscientes, empáticos e comprometidos com a equidade.

4 Capacitação e Desenvolvimento Docente e Discente

Considerando os resultados da pesquisa – ainda que nem todos os cursos tenham ofertados capacitações específicas no último ano – muitos relataram que estudantes e professores participaram em eventos externos, ciclos de debates e ações formativas com foco em educação antirracista. Essa dimensão é central para que os docentes reconheçam a importância de sua formação continuada, especialmente em temas que demandam revisão de posturas, ampliação de repertório e reconhecimento de privilégios históricos e estruturais.

Entre as capacitações em educação étnico-racial e indígenas oferecida aos alunos de Graduação, destacam-se palestras com as temáticas: erosão da cidadania no Brasil, ascensão neofascista global racismo estrutural machismo e racismo como tecnologias do capitalismo exclusão sociodigital Educação antirracista, além de participação em eventos, produção de material didático e parcerias com movimentos sociais.

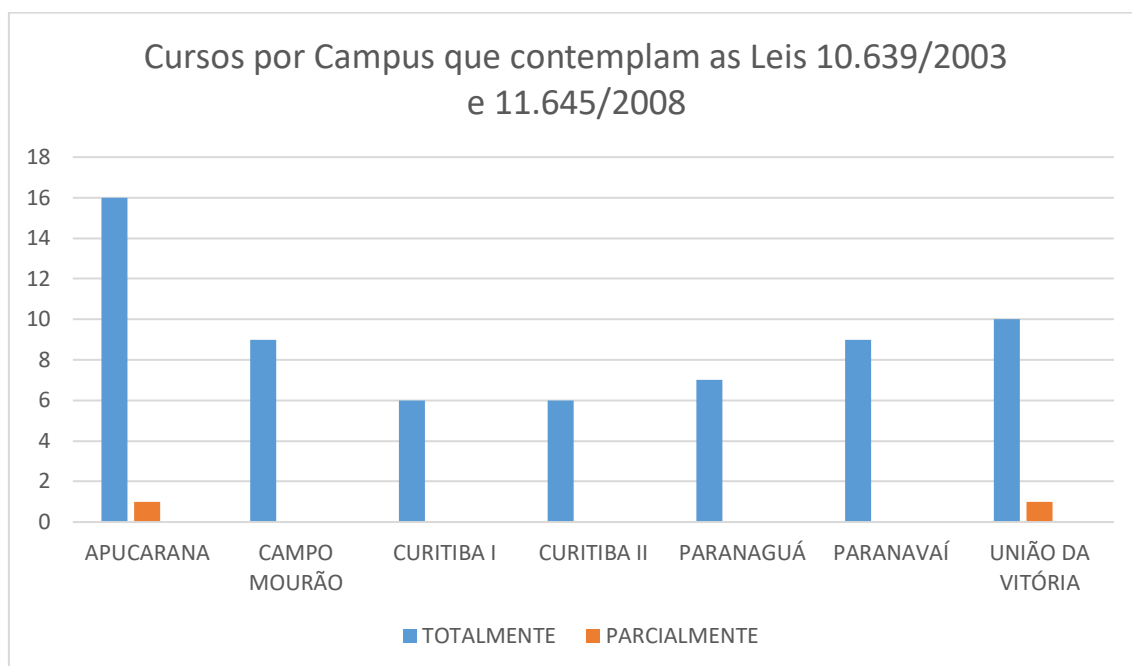
Logo se percebe que não basta somente incluir a temática étnico-racial no ensino superior; é preciso mais do que cumprir uma exigência legal. É preciso assumir um compromisso ético com a formação de sujeitos autônomos e socialmente responsáveis.

5 Por que isso importa para os professores de ensino superior?

A integração da temática étnico-racial, no ensino superior, deve ser compreendida como uma responsabilidade coletiva da comunidade acadêmica. Não se trata apenas de cumprir a legislação, mas de alinhar-se aos princípios de uma universidade inclusiva, democrática e socialmente referenciada.

De tal modo, a solicitação da Defensoria Pública do Estado do Paraná e Coordenadoria do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NUPIER), nos revela a partir do que foi levantado, como um retrato institucional desse processo e, também como instrumento de reflexão e aprimoramento. Cabe agora à comunidade docente se engajar, de forma propositiva e crítica, para que as práticas pedagógicas reflitam – de fato – os compromissos assumidos pela universidade com a justiça social, a equidade e os direitos humanos.

Gráfico 1: Quantidade de cursos que contemplam as Leis em questão.



Fonte: Dados da pesquisa (2025) – Google Forms elaborado pela DE/PROGRAD

O gráfico apresenta, por campus, a quantidade de cursos que contemplam totalmente e/ou parcialmente a contemplação às Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 em seus PPCs, fornecendo uma visão ampla da importância dos dados analisados. deixa nítido o grau de adesão dos cursos à legislação que trata da inclusão das temáticas étnico-raciais e indígenas. Cabe ressaltar também que a aplicação de ações específicas de acompanhamento, formação docente e revisão de PPCs são processos contantes dos cursos de graduação. Além disso, muitos cursos indicaram a participação de seus alunos nos eventos e atividades promovidas por outros cursos, e cada campi possui histórias, características locais, perfis de cursos e diferentes estágios de desenvolvimento institucional no modo de lidar com a temática.

Considerações

Os resultados do questionário possibilitaram fornecer uma visão geral da situação quanto à aplicabilidade e adoção das leis em questão e, quando analisados

estatisticamente, oportunizam à instituição pensar de forma estratégica para a tomada de decisões e – possivelmente – a implantação de ações concretas.

No quesito recursos humanos, é fundamental que os docentes: Reavaliem seus Planos de Ensino considerando as diretrizes étnico-raciais; adotem bibliografias mais diversas e representativas; estimulem debates que considerem a pluralidade cultural e histórica do Brasil; apoiem projetos e eventos que contribuam para uma formação ampliada dos estudantes.

Esse relatório possibilitará aos cursos visualizar a importância do trabalho em conjunto, pois a análise dos dados nele contidos permitiu obter uma visão geral das áreas que adotaram a legislação vigente — em especial as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 — e compreender de que forma cada campi trabalha com as temáticas étnico-raciais no ensino superior.



A UNESPAR E A APLICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CEE/PR Nº 04/2013

RELATÓRIO DA COLETA DE DADOS - 2025



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

Educação Ambiental na UNESPAR: experiências e organização curricular

Em atenção ao Ofício Circular nº 15/2025 – SETI-GS (e-Protocolo: 23.780.633-6), a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) apresenta, por meio deste documento, uma análise detalhada acerca da organização curricular dos seus cursos de graduação, com foco na implementação e desenvolvimento da temática da Educação Ambiental, em conformidade com a Deliberação CEE/PR nº 04/2013 e o Art. 15 da referida deliberação que trata da obrigatoriedade da **Educação Ambiental no Ensino Superior**:

I – Deverá ser inserida como conteúdo nos componentes curriculares/disciplinas, em todos os cursos de graduação e pós-graduação, podendo, em casos específicos, também se constituir em componente curricular/disciplina.

II – Deverão ser contemplados os conhecimentos, saberes e práticas relacionados aos temas socioambientais como conteúdos, quando a Educação Ambiental for tratada como componente curricular/disciplina.

III – Deverá ser garantida pela transversalidade, mediante inserção de temas ou pela combinação entre transversalidade e componentes curriculares/disciplinas.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da educação profissional técnica de nível médio e na educação superior, considerando a natureza dos cursos.

Após a coleta dos dados, é possível aferir sobre algumas questões como:

1 Inserção curricular das temáticas nos PPCs

Os dados evidenciaram que todos os cursos da UNESPAR incorporaram a temática da Educação Ambiental em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), de forma explícita ou transversal. Exemplos concretos incluem disciplinas específicas – Direito Ambiental, Geografia Ambiental, História Ambiental, Educação em Direitos Humanos e Cidadania – além de ações de extensão que promovem atividades práticas e projetos comunitários. Essas ações garantem que a temática seja abordada de forma contínua, integrando conhecimentos teóricos e práticos, promovendo a formação de estudantes conscientes e preparados para atuar na preservação e sustentabilidade do meio ambiente.

2 Metodologias e referenciais críticos

As metodologias adotadas nos cursos variam e vão desde aulas expositivas, dialogadas, estudos de caso, interpretação de mapas e gráficos, até atividades práticas de campo, oficinas, seminários, debates e uso de recursos audiovisuais. Essas estratégias visam estimular a participação ativa, o pensamento crítico e a reflexão sobre questões socioambientais. Os referenciais utilizados incluem as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Agenda 21, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, além de abordagens interdisciplinares que conectam teoria e prática, promovendo uma formação crítica e cidadã.

3 Atividade de extensão e formação complementar

A Universidade tem promovido diversas ações de extensão voltadas à Educação Ambiental, com destaque para projetos como "A importância da Reciclagem", "Temas Sensíveis: formação de estudantes e professores na educação básica", e ações com comunidades locais, escolas e ONGs.

Essas atividades fortalecem a interface entre teoria e prática, promovem a inclusão social e contribuem para a formação de uma cultura de sustentabilidade. Além disso, há ações de formação complementar tais como oficinas, seminários, eventos acadêmicos e capacitações, que ampliam o alcance da temática para além do ambiente acadêmico, envolvendo a comunidade e promovendo a sensibilização social.

Quadro 1- Exemplos de atividades por campus:

Campus	Atividades
Paranaguá	A importância da Reciclagem e da Educação Ambiental: ações de conscientização e práticas de reciclagem, promovendo sensibilização comunitária.
	Canyon Guartelá e Ilha do Mel: atividades de campo para observação direta de fenômenos ambientais.

Campus	Atividades
	Semana Acadêmica do Curso de Geografia: debates, oficinas e discussões sobre Educação Ambiental e sustentabilidade.
Campo Mourão	Temas Sensíveis: formação de estudantes e professores na educação básica, abordando questões sociais e ambientais como relações étnico-raciais, ditadura militar, violência de gênero, etc.
Apucarana	Educadores/as em Diálogo: evento com oficinas e atividades que promovem a valorização cultural e a integração de saberes tradicionais ao debate sobre sustentabilidade e educação ambiental.
	Fortalecendo Comunidades: projeto de extensão apoiado pelo Programa de Extensão para Sustentabilidade Territorial (Itaipu Binacional), promovendo conscientização sobre literatura afro-indígena e o Antropoceno.
	Oficinas com Jovens em Instituições de Educação Não Formal: atividades com jovens de 9 a 18 anos em CEPES, CEJA e C.A.S.A., com foco na produção e disseminação de materiais didáticos.
União da Vitória	ECOTOX e Clube de Ciências: projetos de pesquisa e extensão que envolvem a comunidade na conscientização ambiental e pesquisa participativa.
Paranavaí	Visitas técnicas na Cooperativa de Seleção de Materiais Recicláveis (COOPERVAÍ).
	Visitas à Estação Ecológica do Caiuá (EEC) em Diamante do Norte/PR, com os alunos do curso de Geografia.
Curitiba I	Projetos de extensão: Belas mulheres na maturidade – educação musical por meio do canto coral e Grupo vocal feminino Vivarte Belas: técnica vocal aplicada ao canto coral. São projetos de extensão que trabalha o canto coral na maturidade, envolvendo o público feminino de terceira idade, promovendo assim, a inclusão social no ambiente universitário.
	Projetos de pesquisa, envolvendo estudantes de iniciação científica com temas de pesquisas que relacionam arte e meio ambiente
	A Educação Ambiental foi discutida de maneira transversal no evento 1º Encontro Regional da ANPAP Sul e 2º CWB_Latina – Colóquio Internacional de Arte desde a América Latina.
Curitiba II	Projeto da pesquisa intitulado Corpos Complicados: práticas de criação e de ensino-aprendizagem em Dança e Performance em consideração às dinâmicas da coletividade. O presente projeto tem como tema de pesquisa um olhar para processos de criação e de ensino-aprendizagem em dança e performance em consideração às implicações éticas, ao corpo e ao ambiente.

Fonte: Dados da pesquisa (2025) - Google Forms elaborado pela DE/PROGRAD.

Cabe lembrar que este é um recorte dos dados coletados.

4 Transversalidade dos componentes curriculares/disciplinas

A transversalidade da Educação Ambiental está consolidada na estrutura curricular dos cursos, com sua presença em diversas disciplinas e projetos interdisciplinares. Exemplos incluem a integração com disciplinas de Ciências, Geografia, História, Educação do Campo, Educação em Direitos Humanos e Diversidade, além de projetos de extensão e ações comunitárias. Essa abordagem garante que a temática seja uma preocupação permanente e integrada na formação dos estudantes, promovendo uma visão holística e sistêmica dos problemas socioambientais.

Com base no levantamento, há evidências para aferir:

a) Transversalidade confirmada: Os cursos da UNESPAR se destacam para o tema da Educação Ambiental de maneira transversal, como tema presente em diversas disciplinas da formação docente, articulando-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores.

b) Práticas pedagógicas interdisciplinares: Há registros de práticas pedagógicas que abordam a Educação Ambiental de forma integrada a áreas como Geografia, Ciências Biológicas, Pedagogia e Educação do Campo.

c) Projetos de extensão e pesquisa: Há evidências de projetos extracurriculares que fortalecem a abordagem contínua e permanente da temática ambiental.

5 Por que isso importa para os professores do ensino superior

A inserção efetiva da Educação Ambiental na formação de professores do ensino superior é fundamental para que eles possam atuar como multiplicadores de práticas sustentáveis e de cidadania ambiental na educação básica e na sociedade. Professores preparados para abordar temas socioambientais de forma interdisciplinar, crítica e contextualizada contribuem para a formação de uma nova geração de cidadãos conscientes, responsáveis e engajados na construção de um futuro sustentável. Além disso, essa abordagem fortalece a missão social da universidade, promovendo a transformação social por meio da educação de qualidade, alinhada às diretrizes nacionais e aos desafios globais de sustentabilidade.

Considerações

A UNESPAR tem avançado na implementação da temática da Educação Ambiental em seus cursos de graduação, promovendo ações curriculares, metodológicas e extensionistas que atendem às exigências da legislação e às demandas sociais contemporâneas. A continuidade e o fortalecimento dessas ações, especialmente no contexto de reestruturação curricular prevista para 2025 e 2026, são essenciais para consolidar uma formação docente e profissional comprometida com a sustentabilidade e a cidadania ambiental.

EQUIPE PROGRAD

Prof. Dr. Antonio Marcos Dorigão
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Profa. Dra. Eliane Paganini da Silva
Diretora de Ensino

Profa. Dra. Larissa Maruiti
Chefe da Divisão de Estágios

Prof. Dr. Ricardo Desidério
Chefe da Divisão de Apoio aos Cursos

Vinícius Manochio Borges
Estagiário